APRESENTAÇÃO

Cadernos CERU é uma publicação do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, da Universidade de São Paulo, iniciada em março de 1968, pela Prof.^a Dr.^a Maria Isaura Pereira de Queiroz, fundadora do CERU-USP. A revista era oferecida, gratuitamente, de forma impressa aos seus sócios e pesquisadores até 2014, quando passou ao formato digital, integrando o quadro das REVISTAS USP (<https://www.revistas.usp.br/ceru>) com periodicidade semestral, priorizando pesquisas nas áreas da Sociologia, Antropologia, Educação, História e Metodologias de Pesquisas. A revista é produto de trabalho do CERU, núcleo de apoio à pesquisa, ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo.

O presente número dos CADERNOS intitulado “Novas perspectivas em pesquisas: memórias e narrativas” (v. 34, n. 1, 2023) conta com textos importantes de autores bastante conceituados. A temática da maioria dos artigos gira em torno da memória que foca temas variados como música, protestos e lutas pelos direitos sociais, regiões brasileiras de ocupação antiga e de intensa utilização como passagem, escolaridade rural em condições adversas, migrações e festas tradicionais, a atuação feminina em prol dos movimentos de cidadania e a formação de imagens sociais sobre personagens lendárias, que se tornaram famosas por sua atuação na época da independência. Por fim, mas não menos interessante, cita-se o estudo, sob a ótica da Psicanálise, que analisa a problemática da hibridização cultural face ao desenraizamento das origens que influencia o ambiente familiar impactando a transmissão psíquica transgeracional.

O primeiro texto dessa série foi escrito pela professora e investigadora do Instituto de Etnomusicologia (INET-md) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Dulce Simões. Ela é PHD em Antropologia, com Pós-Doc em Estudos Artísticos, é membro do RIARM – Red(e) Ibero-Americana Resistência e(y) Memória e do GESSA – Grupo de Estudios Sociales Aplicados da Universidad de Extremadura, Espanha. Seu texto – Memórias e Narrativas do Canto Polifônico Alentejano - trata do canto polifônico do Alentejo, um dos exemplos significativos em que o passado se impõe como elemento unificador de uma “comunidade de partilha”, segundo a denominação de Rancière, definida pela distribuição de espaços, tempos e tipos de atividades que determinaram a maneira de uma classe subalternizada comunicar e fazer

política. A ruralidade, como espaço da experiência, perpetua o passado e nos impede de descurar a memória canto coletivo como prática de sociabilidade e resistência política. E, apesar de as novas gerações não terem experienciado a vida rural nem o trabalho agrícola, a voz poética assume a função unificadora que permite aos praticantes preservarem a memória do grupo.

A seguir vem o artigo de duas professoras da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Cristina Helou Gomide e Miriam Bianca Amaral Ribeiro, “Usos públicos da história, patrimônio e memória: cantando hinos, ensinando a hegemonia ou o bandeirante “nosso” de cada dia”. Esse artigo discute as comemorações das datas cívicas como parte do projeto de nação construído desde o século XIX no Brasil e como elas estão presentes no território nacional, em suas diferentes regiões. Para tanto, as autoras problematizaram os hinos (o Nacional e os do Estado de Goiás) como alimentadores da concepção de história que esse projeto abarca. A proposta é, portanto, investigar as letras dos hinos e como elas vêm reforçando a ideia de história hegemônica que reforça a ideia de que as bandeiras paulistas e os bandeirantes em geral tiveram um papel importante no progresso do país. Contrariamente a essa ideia, o presente artigo ao analisar as letras, muitas vezes sobrepostas pela emoção que se constituiu nos momentos de comemoração. A história se faz em processo, nas relações sociais, onde se produzem relações de poder. A história pública produzida nas comemorações cívicas e estimuladas pelos hinos é uma discussão sobre “que patrimônio temos e que usos estamos fazendo da história”, segundo o texto nos diz.

Continuando a sequência dos artigos, aparece o trabalho de Cristina Roberto, mestre em Ciências pelo Programa Têxtil e Moda da USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades), com o título “Não quero mais nenhum direito a menos: as narrativas de protesto da música brasileira como ferramenta de aprendizagem na educação não formal”. Sendo a música um meio potente de expressão de que se valem os compositores para expressar aspectos pessoais, ao lado de questões sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais, além de outras e percebendo a grande influência que ela tem sobre todos os indivíduos, o trabalho de Cristina Roberto analisa, descreve e contextualiza as narrativas de protesto da música brasileira com a educação não formal que está por trás dos movimentos sociais e organizações não governamentais. Segundo a autora, esses discursos lítero-musicais de protesto e denúncia podem ser fonte de estudos a respeito de temas históricos, sociais e culturais.

O estudo “Navegando pelo São Francisco: os vapores nas narrativas dos ribeirinhos do São Francisco”, de Lineu Norio Kohatsu, da Universidade de São Paulo, evidencia a diferença entre o Rio São Francisco no passado, quando a população ribeirinha o utilizava como meio de transporte, sendo o “velho Chico” meio importante de transporte com barcos a vapor, o que desapareceu com o passar do tempo, devido à falta de condições de navegabilidade do rio. O estudo incluiu entrevistas com velhos ribeirinhos em diversas cidades situadas às margens do São Francisco, na Bahia e em Minas Gerais. O autor pôde também analisar a importância do uso do vídeo na pesquisa.

Em seguida, o texto de Cristiano Lima dos Santos Almeida e Elizeu Clementino de Souza, ambos da Universidade do Estado da Bahia, trata do trabalho docente em escolas rurais e as múltiplas questões originadas das condições que a multisseriação impõe aos docentes em início de trabalho na zona rural. Foram realizadas entrevistas, analisadas de forma compreensiva-interpretativa, com quatro professoras de turmas multisseriadas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Um ponto importante apontado por todas foi a falta de formação e experiência de cada uma para atuar desse modo, assim como questões paralelas que dificultam o trabalho, como a dificuldade de transporte para a zona rural, a distância a ser percorrida e até a necessidade de travessia de rios para chegar ao local de trabalho.

O artigo de Alexandre Ferraz Pinto, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sobre a cachaça, enquanto atrativo turístico do território do município de Vassouras (Estado do Rio de Janeiro), mostra como essa bebida existente no Brasil e aqui produzida é um verdadeiro patrimônio alimentar e, ao mesmo tempo, um atrativo turístico-cultural no município de Vassouras, no Estado fluminense. A metodologia incluiu tanto coleta e análise qualitativa como quantitativa e permitiu perceber que a cidade já está colhendo os frutos dos investimentos na produção e difusão dessa bebida considerada de má qualidade até recentemente pela sociedade brasileira.

Célia Toledo Lucena, pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU, aparece como autora de um texto sobre a memória e sua importância para estudos de lembranças de moradores que habitam ao longo da Estrada Real, via de acesso bastante importante ao longo da história do Brasil, especialmente durante o tempo da penetração do interior brasileiro e a extração mineral. Essas entrevistas reforçaram o que já havia sido escrito por memorialistas e trouxeram contribuição para o conhecimento e atualização da visão que se tinha sobre o passado longínquo da história do Brasil. Assim,

passam diante de nossos olhos Paraty, Cruzília e Tiradentes, entre outras cidades, que conservam ainda boa parte de seu passado.

Cristina L. Pellegrino Feres, do Instituto LEER- Laboratório de Estudos de Etnicidade, Racismo e Discriminação -, da Universidade de São Paulo, fala sobre a fome, num momento muito importante durante a 2ª. Guerra Mundial, em que o Brasil enviou combatentes (25.000 homens) para a Itália, sob a responsabilidade do V Exército Americano, a quem cabia a responsabilidade de fornecer víveres aos brasileiros. Logo a fome começou a incomodar os soldados brasileiros, já que, não estando acostumados ao paladar adocicado dos alimentos americanos, tiveram que recorrer a uma composição mista (itens enviados do Brasil combinados com gêneros americanos) para alimentar os homens em combate. Além de saciar a fome dos brasileiros a comida enviada do Brasil contribuiu para matar a fome também dos próprios italianos que habitavam nos lugares de luta, levando a estreitar os laços de solidariedade durante o período de guerra.

“Memória, Emigração, Festa e Retorno a partir do Interior Nordeste Português”, de Wesley Estradiote Rodrigues, da Universidade de São Paulo, faz uma reflexão metodológica e teórica sobre o estudo das migrações com base na etnografia multilocalizada, de acordo com a nomenclatura de Marcus, que ele desenvolveu entre 2011 e 2013. Seu estudo focaliza uma aldeia do interior nordeste de Portugal que é muito marcada pela emigração. Vilas Boas tem, no entanto, uma característica de receber de volta os emigrantes na época da festa religiosa bastante importante para os aldeões. A vida daqueles que emigraram é bastante boa para os que saíram, que não querem, entretanto, perder os laços com a terra de origem, especialmente na época em que a aldeia está cheia com o regresso dos que haviam partido. Assim, o autor do texto manifesta seu desejo de analisar os modos pelos quais a migração e os migrantes continuam produzindo a aldeia por meio de uma economia do retorno.

Quatro pesquisadores são responsáveis por um tema que trata de imigração, trabalho e revolução em São Paulo partindo da análise de uma lei cognominada “Lei Monstro”. São eles Alzira Lobo de Arruda Campos, Marília Gomes Ghizzi Godoy, Patrícia Margarida Farias Coelho e Rafael Lopes de Sousa, todos eles da Universidade Santo Amaro. São analisados os papéis desempenhados por imigrantes que influenciaram significativamente a organização dos trabalhadores em sindicatos e partidos políticos próprios na primeira metade do século XX, no Brasil. É estudada a Lei de Segurança Nacional com o apoio da comunicação das memórias operárias e da repressão sobre a

vida de homens e mulheres que foram duas vezes expatriados devido a serem vistos como perigosos para a manutenção da paz e da ordem social. A base do estudo é a oposição dialética entre capital e trabalho e o ódio contra o “outro”. Com isso, passa-se a ter uma melhor visão da esquerda revolucionária brasileira, em suas diversas correntes.

“Sinais de uma Sociedade Ocultada”, de Paulo Cesar Barbosa Mello, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, estuda as políticas atuais e suas propostas de adequação mostrando que elas não levam em consideração seus ocupantes, os quais são identificados por suas moradias. É comum identificar os moradores por sua casa, seus traços, pela decoração, o que pode ser traduzido como sua identidade. O autor diz que a noção de lugar como espaço de relações de troca é sempre repleta de identidades que querem ser reconhecidas. O texto é uma resposta a um trabalho em desenvolvimento que quer mostrar esta sociedade oculta identificada por meio de suas marcas. Questões culturais e ideológicas, reafirmações de identidade por meio dos espaços tomados e sua assinatura que está presente em muros e em diversos outros lugares constituem a base da coleta dos dados desta pesquisa.

O artigo de Lúcia Helena Polleti Bettini (Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Instituição Toledo de Ensino) e Rosana Maria Pires Barbato Schwartz (Universidade Presbiteriana Mackenzie), “Gênero da Diversidade: questões histórico-jurídicas culturais”, analisa sob uma perspectiva histórico-política constitucional, o processo evolutivo da cidadania e, neste aspecto, o território feminino. Desde a independência brasileira data de 1822 e, desde então, o Estado de Direito vem sendo desenhado. Desejava-se com esse processo uma estruturação do Estado que correspondesse às necessidades do país e que amadurecesse para o processo democrático, cujas propriedades são a liberdade, a igualdade e a dignidade humanas, valores indissociáveis cuja base fosse a cidadania plena e a busca por uma sociedade justa e solidária em respeito à pluralidade. Como metodologia foi utilizada a análise de textos de autores importantes de textos produzidos pelos intérpretes do Brasil, da nossa historiografia e documentos político-jurídicos constitucionais.

Silvia Lúcia Pereira Duarte, oriunda da Universidade Presbiteriana Mackenzie, é a autora do texto “O Imaginário Social sobre Maria Quitéria: mulher, soldado e heroína da Independência”. Problematizando a imagem de Maria Quitéria, heroína baiana da época da Independência, procura verificar como essa figura histórica compõe o imaginário social do Brasil como nação e as diferenças de narrativas em função de ser

uma mulher soldado, cuja figura é comparada à do Duque de Caxias, patrono de nosso Exército. Sua imagem é influenciada pelas ideias vigentes em seu tempo, no que se refere à feminilização e ao embranquecimento de seus traços, tanto no monumento em Salvador na Praça da Soledade quanto no quadro que a retrata no Museu do Ipiranga. Quando terminado, o estudo terá a perspectiva da história cultural e categoria de análise de gênero e pensará o papel da mulher no Exército atualmente.

O último texto traz uma homenagem aos pioneiros do movimento ambientalista em São Paulo, escrita por Maria Helena Rocha Antuniassi, professora aposentada da UNESP de Botucatu e pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU - da Universidade de São Paulo. A autora mostra que os movimentos sociais são uma forma específica de mobilização e de transformação social que difere dos partidos políticos e sindicatos, já que nascem e atuam no seio dos mais diferentes estratos sociais. A memória, por outro lado, é uma categoria social que possibilita a operacionalização e é amplamente utilizada em numerosos estudos nas Ciências Sociais. Este texto utiliza como base dados levantados em uma pesquisa empírica realizada no NAP/CERU - Núcleo de Apoio à Pesquisa - ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa, da Universidade de São Paulo. A pesquisa recuperou dados sobre os pioneiros do movimento desde o seu início nos anos 70 até meados de 1980, com a criação do Partido Verde.

Esperamos que a publicação em referência, que ora se destina ao público de pesquisadores nacionais e internacionais, bem como interessados pelas temáticas que constituem a presente edição, possa contribuir para novos estudos a serem realizados e para despertar investigações futuras ou mesmo aprimorar pesquisas que neste volume se desenrolam.

Organizadores.

Arlete Assumpção Monteiro
(CERU/Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Elis Regina Barbosa Ângelo
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Maria Christina Siqueira de Souza Campos
(CERU/Universidade de São Paulo)

Zeila de Brito Fabri Demartini
(CERU/Universidade de São Paulo, UNICAMP e CNPq)